Foto Alencar Monteiro — Telefoto Estado

Ao lado de Alencar Furtado, Saraiva disse que não desmentiu e nem confirmava denúncia

Coronel nega explicação e CPI vai processá-lo

Da sucursal de BRASÍLIA

A CPI da Dívida Externa decidiu processar o coronel Raimundo Saraiva Martins pelo crime de sonegação de informações, previsto no inciso 2º do artigo 4º da Lei nº 1.579, de 1952, que rege seu funcionamento. A pena, prevista no artigo 342 do Código Penal, é de reclusão de um a três anos. A decisão foi tomada porque o coronel Saraiva, ex-adido militar do Brasil em Paris, ao depor ontem na Câmara confirmou a existência do documento que leva seu nome — relatando irregularidades na embaixada ao tempo do embaixador Delfim Netto — mas se recusou a responder sobre pontos considerados fundamentais pelos parlamentrres, mesmo depois que a sessão se tornou secreta.

O fato de o coronel não ter negado a existência de seu relatório foi considerado suficiente pelo deputado Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP), que requereu à Mesa da Câmara explicações dos ministros Delfim Netto, do Planejamento, Walter Pires, do Exército, e Saraiva Guerreiro, das Relações Exteriores. Segundo o deputado, o ex-adido em Paris, "embora sem revelar o conteúdo, confirmou a existência do seu relatório e não desmentiu as graves revelações feitas pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de que deveria ter conhecimento".

Em seu requerimento, o parlamentar diz que os ministros devem prestar logo "esclarecimento completo sobre a operação de financiamento para a hidrelétrica de Água Vermelha, realizada junto ao **Banque de Crédit Comercialli de France**, pela qual dois funcionários, Andrade Pinto e Villar de Queiroz, assessores do então embaixador Delfim Netto, são acusados de terem recebido comissão de intermediação no valor de seis milhões de dólares, os quais teriam sido depositados em'conta azul numerada' em banco na Suíça".

RESPOSTAS LACÔNICAS

O coronel Saraiva passou as duas primeiras horas de seu depoimento respondendo de forma lacônica às perguntas feitas pelos parlamentares. Já ao autor da primeira indagação, deputado Sebastião Nery (PDT-RJ), avisou: "Hoje, na reserva, e em paz de espírito, não irei atirar pedras no Exército e dizer coisas que não são da minha competência". Nery queria que ele falasse a respeito de seu relacionamento com os diplomatas Guy Vasconcelos e Fernando Fontoura e os assessores de Delfim, Andrade Pinto e Villar de Queiroz, e de seus conhecimentos sobre a captação de créditos para o financiamento da usina de Tucuruí. Saraiva enfatizou não ser de sua competência revelar o teor do "relatório".

Para justificar seu silêncio, alegou ainda que constitui praxe a destruição periódica das cópias dos documentos em poder dos adidos militares. Assim como ele destruiu os documentos deixados por seu antecessor no cargo, disse supor que seu substituto tenha procedido da mesma forma, o que limitaria, no seu entender, o "Relatório Saraiva" a um único exemplar. E lançou a dúvida sobre se também não teria sido incinerado, tantos anos depois, até mesmo o documento original. Nessa parte pública da sessão, ele negou que teve contato com o banqueiro francês Jacques de Broissiard — apontado como autor da denúncia de que funcionários da embaixada pediam propinas para intermediar financiamentos — ou que conhecesse os diplomatas envolvidos nas negociatas.

A intransigência do militar em omitir os esclarecimentos pedidos só começou a ser abalada quando o deputado Eduardo Matarazzo Suplicy o apanhou em contradição. Saraiva insistia em dizer que seu relacionamento com Marisa Tupinambá, funcionária da embaixada, era "extremamente superficial", mas o parlamentar leu um depoimento escrito por ela e registrado em cartório, evidenciando o contrário. Leu também carta escrita pelo próprio Saraiva a Mariza, de Brasília, datada de 2 de agosto de 1977, e cuja autenticidade o ex-adito terminou por admitir.

SESSÃO SECRETA

Apesar da comprovação de que seu conhecimento dos funcionários da embaixada em Paris não era tão superficial como ele pretendia fazer crer, o coronel continuou a insistir em que não lhe cabia oferecer revelações. Tentando conquistar sua confiança, os integrantes da CPI pediram aos jornalistas e às outras pessoas presentes ao depoimento que se retirassem da sala. Segundo os deputados, a providência de pouco adiantou.

Mesmo assim, contaram os parlamentares, Saraiva permitiu-se alguns comentários, na sessão secreta, sobre os episódios registrados em seu relatório:

"Eu me sentia envergonhado pelo fato de a Embaixada do Brasil (em Paris) ser conhecida como 'embaixada 10%' (uma alusão às comissões cobradas). Estou tranqüilo, porque se todos cumprissem seu dever, como eu fiz, então não estaríamos devendo 100 bilhões de dólares".

"O embaixador Delfim Netto não estava convenientemente preparado para o cargo."

"Se cada adido militar divulgasse o que soubesse, o País estaria incendiado."

"Eu não posso dizer que não houve o 'relatório Saraiva'."

Em resposta a uma pergunta do deputado Herbert Levy (PDS-SP), se confirmava ou desmentia as denúncias publicadas pelo **Estado** na edição de terça-feria, afirmou: "Como depoente, não posso confirmar os termos da reportagem, mas também não os desminto". Saraiva admitiu ainda ter ouvido rumores muito fortes de que funcionários da embaixada mantinham depósitos em "contas azuis numeradas", em bancos da Suíça, mas não sabia dizer se esses rumores eram verdadeiros.

A reportagem do **Estado**, confirmada praticamente na íntegra, mereceu um único reparo: na sessão secreta, o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) trouxe ao conhecimento da CPI informação obtida na área militar sobre a data exata do primeiro "rádio" expedido por Saraiva, de Paris. Foi a 6 de abril de 1976, e não a 6 de setembro, como foi publicado, que o então adido militar relatou ao Estado-Maior do Exército notícias sobre métodos ilícitos na captação de créditos para o Brasil.

O coronel revelou ainda ter tido conhecimento de que, num encontro na capital francesa, o banqueiro Jacques Brossiard, diretor administrativo do **Banque de Crédit Comercialle de France**, explicou ao chefe do EME, general Fritz de Azevedo Manso, que a elevação dos custos dos empréstimos para a construção de hidrelétricas no País tinha um único motivo: o pagamento de "comissões" a funcionários da Embaixada do Brasil.

Apesar de ter feito essas declarações, o coronel Saraiva evitou sempre comprometer diretamente o então embaixador Delfim Netto ou seus assessores Andrade Pinto e Villar de Queiroz, e mostrou-se reticente quanto à participação dos diplomatas Fernando Fontoura e Guy Vasconcelos. Esse comportamento levou o presidente da CPI, deputado Alencar Furtado (PMDB-PR), a decidir pela instauração de processo contra o depoente, considerando que ele havia sonegado informações. A iniciativa contou com o apoio de outros integrantes da comissão, embora alguns parlamentares afirmem que só terá validade se for aprovada por maioria de votos, em plenário.

A CPI deliberou, finalmente, convocar para depor o coronel do Exército Dickson Melges Grael, atualmente na reserva, um dos interlocutores de Saraiva à época dos episódios de Paris. E ainda promover a acareação de ambos, na eventualidade de surgirem versões conflitantes sobre os fatos.

O final da sessão secreta foi tenso: enquanto o deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP) lavrava a ata com a decisão de enquadrar penalmente o ex-adido militar, o vice-líder governista Jorge Arbage (PA) saía às pressas em busca do líder Nelson Marchezan. Pouco depois chegou o deputado Sebastião Curió (PDS-PA) e, a seguir, o líder do PMDB, Freitas Nobre.

Imediatamente, o coronel Saraiva saiu escoltado por vários pedessistas em direção ao gabinete da liderança do partido do governo. Alencar Furtado ressaltou que nada temia, pelo fato de estar agindo rigorosamente dentro da lei, sustentando que não aceitará um comportamento em que as conveniências dos partidos se sobreponham ao interesse da Nação.

NOTA DA SEPLAN

Logo após o encerramento da sessão, a assessoria de imprensa da Seplan divulgou nota oficial, dando a interpretação do ministro Delfim Netto sobre os acontecimentos de ontem: "Em depoimento prestado hoje na CPI da Dívida Externa, da Câmara dos Deputados, o coronel Raimundo Saraiva Martins negou ter tido conhecimento de qualquer escândalo envolvendo funcionários da embaixada brasileira em Paris e afirmou que não recebeu nenhuma denúncia de funcionários diplomáticos daquela embaixada contra o ministro Delfim Netto".

Mais tarde, na Câmara, em votação simbólica dos líderes, o PMDB, o PTB, o PDT e o PT aprovaram projeto de lei proibindo a destruição de documentos sigilosos e estabelecendo prazos para que sejam tornados públicos. O PDS votou contra e o projeto, proposto anteriormente pelo deputado Jorge Gama (PMDB-RJ), será submetido agora ao Senado.

A proposição estabelece prazo de 20 anos para que sejam publicados no **Diário Oficial** os documentos classificados como "ultra-secretos"; de 15 anos, para os "secretos"; de dez anos, para os "confidenciais"; e de 5 anos, para os "reservados".